

16 DE ABRIL DE 2024 46ª SESSÃO ORDINÁRIA
Presidência: ANDRÉ DO PRADO e DR. EDUARDO NÓBREGA
RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO
Abre a sessão às 14h. Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos ou dez minutos após o término desta sessão.
2 - DR. JORGE DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - DR. EDUARDO NÓBREGA
Assume a Presidência.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - CAPITÃO TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - CAPITÃO TELHADA
Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - PRESIDENTE DR. EDUARDO NÓBREGA
Cumprimenta o cabo Araújo da Rota, de Taboão da Serra, presente nas galerias.
8 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE DR. EDUARDO NÓBREGA
Cumprimenta os vereadores de Pilar do Sul presentes nas galerias.
13 - MARINA HELOU
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - PRESIDENTE DR. EDUARDO NÓBREGA
Convida a população para evento em prol dos animais a ser realizado em Taboão da Serra no dia 20 de abril.
15 - LETÍCIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - PRESIDENTE DR. EDUARDO NÓBREGA
Cumprimenta os alunos da Escola Benedito Matarazzo, de São José dos Campos, presentes nas galerias.
17 - SOLANGE FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
18 - LECI BRANDÃO
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
20 - ENIO TATTO
Por inscrição, faz pronunciamento.
21 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
22 - VITÃO DO CACHORRÃO
Para comunicação, faz pronunciamento.
23 - REIS
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
24 - PRESIDENTE DR. EDUARDO NÓBREGA
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 17/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 30 minutos. Levanta a sessão às 15h34min.
* * *
- Abre a sessão o Sr. André do Prado.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, ou dez minutos após o término da presente sessão, em cumprimento ao interstício mínimo previsto no §3º do Art. 100 do Regimento Interno, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:
* * *
- NR - A Ordem do Dia para a 12a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 17/04/24.
* * *

Passaremos agora à lista dos oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. Deputado Dr. Jorge do Carmo, presente. Tem a palavra V. Exa. pelo tempo regimental no Pequeno Expediente.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Boa tarde, presidente, nobre deputado André do Prado, nosso presidente da Casa, boa tarde Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público da TV Alesp, assessores aqui presentes, policiais.

Sr. Presidente, eu quero falar hoje sobre um assunto que é muito importante para o nosso cotidiano aqui dos parlamentares, mas sobretudo e principalmente para a população, que é a Saúde, a Saúde do nosso Estado, a Saúde do nosso município, a Saúde da nossa população.

Ontem estive reunido com o secretário de Saúde, municipal de Saúde. Machado, você tem algumas imagens? Não chegou? Ontem eu estive reunido com o secretário de Saúde, Dr. Zamarco, no município de São Paulo, para tratar de diversos assuntos da Saúde do nosso município, município de São Paulo.

E dentre os assuntos que nós conversamos ontem, quero aproveitar e me dirigir à população lá do Itaim Paulista, de Guaianases, na região Leste, sobre a construção da UBS Santa Luzia, que será construída ali na naquela região no Jardim Lourdes, mais precisamente na Rua Francisco Gil de Araújo, que atenderá a população ali daquela região do Itaim, Miriam, Jardim Lourdes e adjacências.

Hoje essa UBS está em um local lá que é alugado, que são muito precárias as instalações. Está há mais de 20 anos naquela região, e agora nós vamos ter a oportunidade de ter a construção de uma UBS decente. Ou seja, uma UBS digna para a população daquela região.

Também nessa oportunidade falamos sobre a possibilidade da construção da UBS da Vila Prudente 2. Ou seja, ali na região da Rua Rio Laranjais com rua Rio Duas Barras, no conjunto habitacional Cintra Gordinho, na Rua Vila Prudente, também, será construída uma UBS nova, para atender a demanda daquela região da Vila Prudente, especialmente daquela região do Conjunto Habitacional Cintra Gordinho.

Essas duas UBS serão construídas com recursos do PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC Saúde, recurso do governo federal. É importante falar que o governo federal vai arcar com pelo menos 50% dos recursos para a construção dessas duas UBSS, que é UBS Santa Luzia, lá no Itaim Paulista, Guaianazes, e a UBS Vila Prudente 2, que fica, como eu já mencionei aqui, nas ruas Rio Duas Barras com Rua Vila Prudente.

Ainda nessa reunião, Sr. Presidente, falamos também sobre a UBS Jardim Fontalis, que está sendo construída lá na região do Tremembé, que também vai atender uma demanda muito grande naquela região, da população que tanto reclama do atendimento, da falta de estrutura da UBS que lá existe.

E ainda na zona norte também falamos sobre a possibilidade de de ampliação da UBS Flor de Maio, que fica também naquela região e essa precisa realmente de reforma e ampliação.

E por fim, Sr. Presidente, tratamos da UBS Jardim Vitória, que fica na Cidade Tiradentes, na Vila Yolanda, lá no extremo da zona leste, já na divisa com Ferraz de Vasconcelos, que é um bairro grande chamado Vila Yolanda 2, onde precisa de uma UBS nova, à altura, na decência de que a população lá precisa das instalações. Porque hoje tem uma UBS lá que é lamentável dizer que é uma unidade básica de saúde naquelas condições que estão lá hoje.

Então por isso será desapropriado um terreno naquela região, na Rua Inácio Monteiro com Travessa Cachoeira de Paulo Afonso, e será construída uma UBS decente, uma UBS à altura da população daquela região. Também na Cidade Tiradentes nós falamos da possibilidade de construir uma UPA nova para desafogar o hospital e também do hospital-dia.

E por falar no Hospital Cidade Tiradentes, por falar em hospital, o Hospital Carmem Prudente Cidade Tiradentes está à beira do caos. Todos os dias nós temos reportagens lá nas televisões, nos meios de comunicação, nos telejornais, exatamente sobre a superlotação daquele hospital.

* * *
- Assume a Presidência o Sr. Dr. Eduardo Nóbrega.
* * *

E esse vídeo que está sendo exibido aí só exatamente - de forma até agressiva - as pessoas que estão lá para proteger, para dar segurança por conta da superlotação e do desconforto, evidentemente, da reclamação da população. A gente vê a superlotação, o descontamento da população por falta de zelo, de cuidado, de proteção. E nós fomos, ontem, falar com o secretário Zamarchi sobre esse problema que é muito grave lá na Cidade Tiradentes, no Hospital Carmem Prudente Cidade Tiradentes.

E por isso é importante que o Estado, no caso a prefeitura, o secretário municipal de Saúde, adote as providências para evitar que cenas lamentáveis como essa se repitam no hospital onde as pessoas devem ser tratadas com decência, com respeito, com dignidade e não com agressividade, com violência e também com superlotação, que é o que vem acontecendo lá no Hospital Cidade Tiradentes.

E eu sou morador de lá, não poderia deixar de pedir, de cobrar posição e posicionamento das autoridades, do prefeito, do secretário e da administração desse hospital, que é o Hospital Carmen Prudente Cidade Tiradentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pela tolerância.
O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Bom ouvi-lo sempre, querido deputado Jorge. Dando sequência aqui na lista de oradores, convido agora o deputado Paulo Fiorilo. Ausente. Deputado Enio Tatto. Ausente.

Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. dispõe do tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Eduardo Nóbrega, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, desde 2010 eu utilizo esta tribuna da Assembleia Legislativa para denunciar o abandono da Rodovia SP-249, que liga a cidade de Apiaí até, na verdade, Itapeva.

Eu me refiro aqui a um trecho dessa rodovia que até hoje não foi pavimentada, tem sendo prejudicado imensamente toda a população não só de Apiaí, mas de aproximadamente 20 municípios, Sr. Presidente, dificultando imensamente o escoamento da produção agrícola daquela região, dificultando o acesso da população aos hospitais, às escolas, às faculdades.

A situação, Sr. Presidente, lá é vexatória, porque nós já estamos denunciando há anos, a população também. Há mais de 30 anos que os governos de plantão prometem pavimentar a rodovia.

No entanto, a rodovia continua da mesma maneira. Embora tenha ocorrido uma parte da obra, mas a obra foi abandonada e a população continua sendo penalizada por conta da não pavimentação, da não continuação dessa pavimentação.

Tenho aqui fotos, Sr. Presidente, que foram enviadas por um caminhoneiro, uma pessoa que utiliza a Rodovia 249 quase que diariamente. Olha só a situação dessa Rodovia. Tenho aqui as fotos, são várias, mostrando a situação de calamidade pública. Vamos passando aqui as fotos, por favor, Machado. Tem mais fotos, Machado, por favor. Tem mais, olha: essa é a 249, deputado Eduardo Nóbrega.

Olha como que a população vai... Olha só, a situação, a gravidade dessa estrada, ela é intransitável. Então ela prejudica milhares de pessoas, todos os moradores, não só da cidade de Apiaí.

Então nós queremos, mais uma vez, exigir que o governo estadual tome as providências, retomando, em caráter de extrema urgência, as obras e a pavimentação da 249, Sr. Presidente, porque, repito, desde 2010 que nós estamos aqui na Assembleia Legislativa exigindo providências.

Já fiz vários pronunciamentos como este, fizemos já indicações, já levamos o caso para a Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa, já acionamos várias vezes, tanto o DER como a Secretaria de Transportes, e as providências não foram tomadas. E quem paga o preço dessa irresponsabilidade, dessa levianade dos governos de plantão - dos sucessivos governos de plantão -, é a população que tem dificuldade.

E eu conheço bem aquela região, Sr. Presidente. É uma região que tem um grande potencial turístico, agrícola, social e econômico, mas depende de investimento. E o governo não faz a pavimentação da 249 de uma forma correta, de tal forma que as pessoas possam transitar com tranquilidade.

Agora mesmo, eu estava conversando com alunos da cidade de Apiaí que transitam pela Rodovia 249 todas as noites, Sr. Presidente. São dois ônibus e uma van saindo da cidade de Apiaí, para estudar em Itapeva, e são obrigados a passar esse trecho de quilômetros que não tem pavimentação.

Esses estudantes são obrigados a sair de suas casas em Apiaí às 16 horas e 40 minutos, e depois voltam para casa à noite, demoram aproximadamente duas horas para ir e duas horas ou mais para voltar. E isso pode ser resolvido com a pavimentação.

Então nós vamos, novamente, Sr. Presidente, aqui, acionar a Comissão de Transportes, nós vamos levar o caso para o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e para o Ministério Público, porque está caracterizado aí, sem dúvida, prevaricação e improbidade administrativa do Governo do Estado e dos órgãos responsáveis pela pavimentação dessa Rodovia.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, que quem me trouxe essa denúncia, aqui na Assembleia Legislativa, foi a grande professora Janice Prestes, que já acompanha essa reivindicação da população há muitos anos. Foi a primeira pessoa a trazer essa denúncia aqui na Assembleia Legislativa e ela continua cobrando providências.

Então, Sr. Presidente, eu quero, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, solicitar que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas, em caráter de urgência, ao secretário de Transportes do estado de São Paulo, ao DER e ao governador Tarcísio de Freitas, para que as providências sejam tomadas urgentemente. Pavimentação já, de todo o trecho da SP-249.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, deputado Carlos Giannazi, a solicitação será enca-

minhada à assessoria legislativa. E, dando sequência aqui aos oradores inscritos, convido o deputado Rafael Saraiva, ausente. Leci Brandão, ausente. Eduardo Suplicy (Pausa.) Ricardo Madalena (Pausa.) Guilherme Cortez (Pausa.) Tomé Abduch (Pausa.) Lucas Bove (Pausa.) Simão Pedro (Pausa.) Gil Diniz, ausente.

Iniciando aqui a Lista Suplementar, Luiz Claudio Marcolino (Pausa.) Márcia Lia, ausente. Sebastião Santos. (Pausa.) Valdomiro Lopes, ausente. Itamar Borges. (Pausa.) Jorge Wilson. (Pausa.) Delegado Olim. (Pausa.) Carlos Cezar. (Pausa.) Marina Helou. (Pausa.) Enio Tatto. (Pausa.) Thainara Faria. (Pausa.) Capitão Telhada.

Está ali o querido Capitão Telhada. Sempre no momento exato. Concedo a palavra ao Capitão Telhada pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários militares e civis desta Casa, é um prazer e uma honra mais uma vez me dirigir a toda a população paulista como deputado estadual para trazer importantes temas que têm acontecido no dia a dia nosso, de São Paulo e do Brasil.

Quero dar destaque principalmente a algumas situações que ocorreram essa semana envolvendo o apoio, envolvendo a entrega sempre, sempre presente, sempre se esforçando como verdadeira ponta de lança em defesa da sociedade e em defesa da democracia. Estou falando sobre a nossa Polícia Militar do Estado de São Paulo.

* * *
- É exibida a imagem.
* * *

Essa é uma fotografia de uma operação no pátio da Rota, final de madrugada, início de uma manhã. Olhem só a quantidade de viaturas de policiais militares, de agentes públicos, entregues à defesa da nossa sociedade.

Todos estão assistindo a algumas operações que vêm ocorrendo desde a semana passada, na verdade estartadas pelo Ministério Público, pelo Gaeco, com o apoio da nossa instituição, da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública, da Receita Federal, de outras polícias, que tem aparecido importantes resultados.

Tivemos aí, à baila, o envolvimento de operações ilícitas dentro do transporte aqui na Capital, empresas que foram flagradas e denúncias importantíssimas e gravíssimas ainda hoje, 2024, quantos anos depois, décadas, do início do transporte clandestino, da época das lotações.

Quem é da periferia de São Paulo, assim como eu, vindo lá da Brasilândia, da zona norte de São Paulo, se deparou com isso no final dos anos 90? E é inadmissível que até hoje a gente ainda encontre e constate o envolvimento de crime organizado de facções, de verdadeiros bandidos em meio ao transporte na Capital paulista, uma cidade com milhões e milhões de pessoas, ainda com envolvimento de dinheiro sujo para lavagem dessas facções criminosas.

Hoje também foram deflagradas, em diversos municípios de São Paulo, mais operações que envolvem o Ministério Público, que envolvem o Gaeco e que têm como o braço forte da democracia, como o braço forte da lisura, como o braço forte da população paulista, a nossa Polícia Militar, sempre trabalhando em prol não só das instituições, mas em defesa da população e em defesa da gestão pública.

Porque tudo o que está acontecendo, fraude em licitações, tudo o que está sendo averiguado hoje dentro dessas operações, vereadores presos de alguns municípios, empresários, autoridades públicas e pessoas da iniciativa privada, tudo por causa da falta de controle, da falta de transparência, da falta de escrúpulos, e o crime organizado, infiltrado, infelizmente, infiltrado em administrações locais, municipais.

E nossa Polícia Militar, nossas polícias, dando suporte para que essa operação possa prosseguir, de fato, com segurança aos seus agentes e que chegue aonde tem que chegar.

Eu quero dizer o seguinte: deixar a minha contribuição aqui fazendo a afirmação de que eu quero mais é ver bandido na cadeia. Eu quero que político corrupto, que empresário que se corrompe e que estimula esse tipo de prática no Brasil vá para atrás da cadeia.

Infelizmente, a gente olha para trás e vê que, após a Operação Lava Jato perder a sua credibilidade, nenhum político investigado e preso lá na Lava Jato prossegue preso, permanece preso. Nenhum. Nenhum preso da Lava Jato ainda se encontra atrás do cárcere. Infelizmente, temos até um na Presidência da República.

Infelizmente, nós vemos os mesmos empresários passeando na fábrica com o presidente da República, inclusive exportando picanha para a China, enquanto o povo brasileiro é obrigado a se sentir satisfeito com migalhas. É uma pena.

Eu peço, eu rogo e eu trabalho para que esses presos, esses detidos, essas investigações hoje em andamento aqui no estado de São Paulo, nos municípios, que estão levando empresários e políticos detidos e, de repente, presos.

Que eles permaneçam presos e que se aprofunde cada vez mais para chegar nos verdadeiros bandidos que fazem tão mal ao nosso povo e à nossa população, e que não siga o exemplo dos bandidos que já estão todos soltos, outrora detidos e presos em flagrante lá na Lava Jato.

Deus abençoe, presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, nobre deputado Capitão Telhada. Sigo a Lista Suplementar. Convido o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Professora Bebel. (Pausa.) Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.) Nobre deputado Reis. Saudando aqui o deputado Emídio. Concedo a palavra a V. Exa. pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Uma comunicação, presidente e nobre deputado Reis.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Se o nobre deputado Reis permitir, concedo a comunicação ao deputado Capitão Telhada.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - PARA COMUNICAÇÃO - Tudo bem, Reis? Eu quero cumprimentar... Eu estava até procurando na galeria aqui, mas eu acho que ainda não chegou.

Falando em Taboão da Serra, cumprimentar um amigo nosso que hoje nos acompanha aqui na Assembleia Legislativa, o cabo Araújo, da Rota, que está de folga. Viemos compartilhar um pouco das nossas experiências antigas enquanto ainda no patrulhamento da Rota.

Infelizmente, acho que se ausentou.

Mas quero deixar registrado que nos acompanha aqui hoje com o seu filho, com os seus familiares. Tem um belo projeto a frente, em 2024, lá em Taboão da Serra, que é crescendo, nascido, criado lá no município. É uma pessoa que eu me espelho muito, inclusive. Nossas famílias são amigas e compartilham da mesma fé.

Então, deixar o abraço aqui e agradecer por todo o trabalho que tem feito frente a Polícia Militar no 16º Batalhão, na Rota. Tem contribuído por quase duas décadas com a nossa população paulista. Agradecer, em nome dele, a todos os policiais que encaram essa barreira que é trabalhar na Segurança Pública nos dias de hoje no Brasil.

Muito obrigado.

Deus abençoe a vida de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Agradeço, e Taboão da Serra também agradece todo o trabalho prestado pelo cabo Araújo, que acaba de adentrar aqui o recinto.

O SR. REIS - PT - Em nome de Taboão da Serra, também eu quero agradecer todo o trabalho prestado e agradecer o deputado Eduardo Nóbrega que preside os trabalhos nesta tarde.

Presidente, eu quero repercutir as matérias que estão em todos os jornais, que falam do juiz Moro, o juiz Sergio Moro, que abriu processo sigiloso para dar guarida a repasses da Petrobras a Fundação Dallagnol. "Segundo o Conselho Nacional de Justiça, Moro, Gabriela Hardt e Deltan Dallagnol teriam se unido para desviar R\$ 2,5 bilhões do Estado brasileiro para criar uma fundação voltada ao atendimento a interesses privados.

Relatório da Polícia Federal que dá apoio à investigação do ministro Luiz Felipe Salomão, do Conselho Nacional de Justiça, relata que o ex-juiz Sergio Moro, do União do Paraná, teria aberto um processo sigiloso, quando atuava na 13ª Vara Federal de Curitiba, para dar guarida ao repasse bilionário pago pela Petrobras em acordo nos Estados Unidos para a fundação que seria gerida pelos procuradores da Lava Jato, comandados por Deltan Dallagnol.

"O argumento central contido na hipótese criminal I é que a instauração voluntária pelo então juiz Sergio Moro, de um processo sigiloso, a representação criminal restrita ao juízo, Petrobras e integrantes da força-tarefa da Lava Jato, foi feita especificamente para permitir o repasse não questionado de valores oriundos de acordos de colaboração e de leniência para a conta da Petrobras, alimentando a empresa com dinheiro dos acordos", diz trecho do relatório que foi revelado no blog de Camila Bonfim, do G1.

Em seu parecer de 77 páginas, que será lido no julgamento que começa na tarde desta terça-feira, no Conselho Nacional de Justiça, Salomão deve acusar Sergio Moro, Gabriela Hardt e Deltan Dallagnol de terem se unido para promover o desvio de 2,5 bilhões de reais do Estado brasileiro com o objetivo de criar uma fundação voltada ao atendimento de interesses privados. O desvio do dinheiro só não se consumou em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal, diz o CNJ.

"CNJ afasta Hardt e magistrados do TRF por irregularidades da Lava Jato. Corregedor nacional de Justiça finaliza a inspeção, cita a suspeita de esquema na Lava Jato e desobediência a ordens do STF." Eles estavam desobedecendo até o Supremo Tribunal Federal.

"O corregedor nacional de Justiça Luiz Felipe Salomão decidiu afastar do judiciário a ex-titular da 13ª Vara de Curitiba, Gabriela Hardt, e três magistrados que atuam no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o TRF-4, por burlar a ordem processual, violar o código da Magistratura, prevaricar e até burlar decisões do Supremo." Esse é aquele tribunal que manteve irregularmente a prisão do presidente Lula.

"Hardt, que substituiu Sergio Moro na 13ª Vara, foi responsável pela homologação do trato que viabilizou a criação da fundação privada que seria abastecida com o recurso da Lava Jato e teria integrantes da força-tarefa entre seus gestores. A empreitada foi jocosamente tratada como 'Fundação Criança Esperança' pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes.

Hardt, segundo a Corregedoria do CNJ, avalizou a criação da fundação da Lava Jato abastecida com o recurso da Petrobras com base em informações incompletas e informais, fornecidas até mesmo fora dos autos pelos procuradores de Curitiba. A operação, agora sob investigação, se assemelha ao esquema de cashback.

A impertinência da criação de uma fundação privada com recurso da Lava Jato foi apontada pela então procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Na ocasião, ela foi alvo de retaliação interna e da classe, mas o Supremo acatou a tese e declarou a ilegalidade do negócio.

O afastamento da juíza federal Gabriela Hardt e outros três magistrados do Tribunal Regional Federal da 4ª região ligados à operação Lava Jato aumentou a expectativa em torno do julgamento que o Conselho Nacional de Justiça realiza nesta terça-feira.

Os objetos do julgamento são duas reclamações disciplinares, uma contra Hardt e outra contra o senador e ex-juiz parcial Sergio Moro, e outra contra os desembargadores Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, juntamente com o juiz federal Danilo Pereira Júnior que, até então, era titular da 13ª Vara Federal de Curitiba."

Então, Sr. Presidente, para repercutir essa vara lá do Paraná, que foi responsável inclusive por inquirir o próprio presidente Lula. A arrogância com que ela tratava, naquela audiência, o presidente que hoje está eleito presidente da República, e ela afastada da 13ª Vara Federal de Curitiba, e inclusive os integrantes do TRF-4 respondendo a processo por desvio de recursos.

Eles estão sendo acusados de tentar desviar recursos da Petrobras. Aqueles que se diziam protetores da Petrobras estão sendo acusados de tentar desviar esses recursos através de acordos de leniência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Obrigado, deputado Reis. Convido agora, na Lista Suplementar, o nobre deputado Eduardo Suplicy, V. Exa. dispõe do tempo regimental.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, deputado Eduardo Nóbrega, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Hoje cedo, por volta das 7 horas e 40 minutos fui chamado para que pudesse estar presente na Avenida Santa Inês 653, no Mandaquí.

Chamava-me um advogado membro da OAB, preocupado com direitos humanos e me informou que estava havendo uma tentativa de reintegração de posse de reocupação no edifício que havia sido abandonado ainda quando estava em processo de construção - por 20 anos abandonado.

Então, muitas pessoas que, não tendo direito à moradia em São Paulo, resolveram se organizar, são parte do Movimento Frente de Luta por Moradia, a FLM, e ocuparam aquele prédio, que inclusive estava inacabado, com as paredes por serem pintadas, muros por serem levantados e tal.

Hoje, até esta manhã, estavam lá 540 pessoas aproximadamente, 108 famílias; nestas famílias, 120 crianças, e me chamaram porque o aviso de que iria haver a reintegração, a desocupação. Ali estavam dezenas de policiais, inclusive viaturas policiais, mais de oito, nesta manhã, quando eu cheguei, por volta das nove horas.

Acompanhei o estado de espírito das pessoas porque cortaram a luz, dificultando até para que as pessoas pudessem descer nas escadas ainda incompletas do edifício, que acho que tinha pelo menos 14 andares.

Muitos estavam reclamando da maneira como estava havendo a ordem de reintegração de posse sem que houvesse, por parte da Secretaria Municipal de Assistência Social ou da Secretaria da Habitação, seja em cooperação com o governo estadual ou não, a atenção devida àquelas famílias para saber qual seria o destino delas.

Eu procurei saber qual foi a juíza que determinou que houvesse essa desocupação nessa data, e foi a Sra. Dra. Daniela Cláudia Herreira Ximenes que determinou a reintegração e a manutenção da posse. Isso estava ocorrendo com uma enorme preocupação das mães.

E havia, por exemplo, um senhor de 92 anos que estava entubado, em tratamento, e, já que não podia mais haver ali o tratamento, foi levado para o hospital. Como o prédio ficou às escuras e as escadas, especialmente, no escuro, eis que uma senhora, quando estava descendo do sexto para o quinto andar, caiu, escorregou nas escadas e também foi levada ao hospital para ser tratada, porque ficou com ferimentos graves na coluna.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo de como é importante que nós tenhamos a vontade de prover a cada família,